

## RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023



**DEZEMBRO 2023**

## **MENSAGEM DO DIRECTOR GERAL**

O contexto macroeconómico nacional e internacional caracterizado por instabilidades, conflitos, alterações climáticas, entre outros, continua desafiante o que impacta significativamente o desempenho da economia e da instituição. O nível de arrecadação das receitas públicas e próprias é afectado, havendo necessidade de adopção de medidas de contenção orçamental e da despesa. O crescente quadro de imprevisibilidade e desafios complexos que afectam a instituição, demandam a necessidade dos gestores se reinventarem na busca de soluções eficazes que respondam ao compromisso assumido pela gestão, de garantir uma utilização económica e racional dos recursos hídricos para o abastecimento de água, defesa do meio ambiente e satisfação dos utentes.

No ano de 2023, o Plano de actividades e Orçamento foi implementado num contexto adverso em que a projecção do desempenho da economia mundial apontava um crescimento de 3%, o que representa uma desaceleração quando comparado com o ano de 2022 em cerca de 0.4 pp. Esta tendência reflecte os efeitos das incertezas sobre o fim do conflito geopolítico entre a Rússia e a Ucrânia, afectando negativamente as perspectivas do desempenho da economia mundial e consequentemente o aumento da inflação ao nível global.

As intempéries climáticas que afectam a zona sul do País afectam significativamente o sector produtivo, sendo que um dos maiores produtores e exportador de cana de açúcar no país continua com as suas actividades interrompidas. Ainda em resultado das inundações outros utentes registaram perdas significativas, o que afecta o volume de vendas e a tesouraria da instituição. Apesar destes e outros desafios, é com satisfação que registamos um resultado positivo de 302,341 mil mt, resultantes da contenção na despesa interna.

É neste contexto macroeconómico desafiante que apresentamos o relatório de desempenho e os resultados alcançados no exercício económico de 2023. Aproveitamos a ocasião para agradecer a todos os colaboradores da ARA-Sul, IP que de forma activa se empenharam no cumprimento das suas obrigações e permitiram que a instituição pudesse cumprir de forma abnegada o seu papel de aviso prévio para a mitigação das inundações, a operação e manutenção das infra-estruturas de armazenamento de água, entre outras actividades relevantes.

**O DIRECTOR GERAL DA ARA-Sul, IP**

  
\_\_\_\_\_  
**Edgar Chongo**  
(Téc. Sup. N1)

## **ÓRGÃOS SOCIAIS**

**O Conselho de Direcção** é o órgão de gestão e coordenação das actividades da ARA-Sul, IP, convocado e presidido pelo Director-Geral e tem a seguinte composição: Director-Geral; b) Director-Geral Adjunto; c) Director de Divisão; d) Chefe de Gabinete de Instituto Público; e) Chefe de Departamento Central Autónomo; e f) Chefe de Repartição Central Autónomo.

**O Conselho de Gestão** é um órgão de consulta da ARA-Sul, IP, e de articulação institucional, no âmbito da gestão integrada dos recursos hídricos, convocado e presidido pelo Director-Geral da ARA-Sul, IP. 2. Este órgão é constituído por representantes das entidades que superintendem as áreas de Recursos Hídricos, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural, da Indústria, da Energia, dos Recursos Minerais, das Pescas, da Terra, do Ambiente, dos órgãos locais do Estado e das organizações de utentes, nas respectivas áreas de jurisdição das ARA-Sul, IP.

**O Conselho Fiscal/Fiscal único** é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da ARA-Sul, IP. Este órgão é composto por três membros, dentre os quais um presidente e dois vogais, representando as áreas de tutela financeira, da função pública e tutela sectorial.

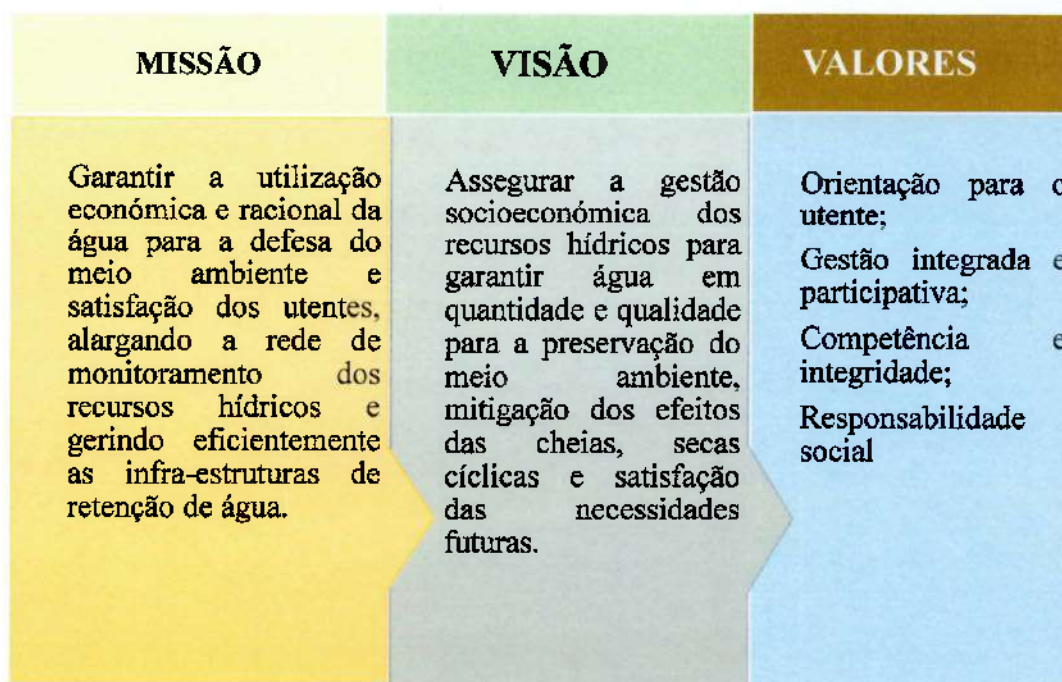
**Auditor externo** – Mazars Moçambique

## ATRIBUIÇÕES DA ARA-Sul, IP

ARA- Sul, IP prossegue designadamente as principais atribuições:

- a) Gestão das bacias hidrográficas na região Sul, com enfoque para planos de ocupação do solo e zonas de protecção de domínio hídrico;
- b) Colecção, processamento, análise e armazenamento de dados hidro climatológicos e disseminação sistemática da informação hidro climatológica;
- c) Emissão de licenças e concessões de uso e aproveitamento de água bruta, autorizações de despejos de efluentes;
- d) Implementação de medidas de protecção de recursos hídricos;
- e) Operação, manutenção e inspecção de infra-estruturas hidráulicas de armazenamento de água, de defesa contra cheias e inundações de domínio público e a inspecção das infra-estruturas de domínio privado; e
- f) Declaração e imposição de regimes de restrições no fornecimento e uso de água bruta em situações de emergência tais como a seca, a contaminação dos cursos de água e outras situações.

### Missão, Visão e Valores



## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório de gestão cumpre com a obrigatoriedade de submissão do relatório de gestão pelos Institutos e Fundos públicos em conformidade com a lei 41/2018 de 23 de Julho no seu artigo 66 n.º 4, conjugado com o plasmado na resolução n.º 18/2021 que aprova o estatuto orgânico da ARA-Sul, IP no seu artigo 10 alínea n).

No ano 2023, as actividades planificadas foram implementadas num ambiente em que a economia nacional registou um crescimento económico de 5% comparado 4,4% de 2022, impulsionado pela indústria extractiva, turismo, agricultura, transporte e comunicações. O crescimento permitiu a ARA-Sul, IP efectuar intervenções nas obras do reservatório escavado de Machaila e no dique de Xai-Xai, embora não tenham sido concluídas as obras, perspectivando - se a conclusão para o ano 2024.

A passagem do ciclone Fredy trouxe destruição nos campos agrícolas dos utentes, tendo impactado negativamente no pagamento das facturas por parte destes. Em todo caso, continuam altas as demandas de água bruta para os diversos fins, devido ao crescimento da população na região do Grande Maputo, o crescente registo e licenciamento de Fornecedores Privados de Água (FPA's) e o desenvolvimento da indústria. Apesar do sector agrícola ser o mais afectado pelas mudanças climáticas, nas demandas de água, este sector continua a ser o que mais consome a água disponibilizada nas albufeiras, com um percentual de cerca de 68%.

A nível doméstico, as actividades planificadas foram implementadas num ambiente em que a economia nacional registou um crescimento económico de 5% comparado com 4,4% de 2022, impulsionado pela indústria extractiva, turismo, agricultura, transporte e comunicações. O crescimento permitiu a ARA-Sul, IP efectuar intervenções nas obras do reservatório escavado de Machaila e no dique de Xai-Xai, embora não tenha sido concluído, perspectivando - se a conclusão para o ano 2024.

O volume de vendas anual foi de 179.093,41 mil Mt, tendo-se registado uma redução na ordem de 5 % em relação ao ano de 2022. Esta redução deveu-se principalmente a falta de investimento no sector da agricultura. Por outro lado, as cobranças foram afectadas pela dificuldade de liquidação de facturas apresentadas pelo sector de abastecimento de água aos centros urbanos da zona Sul, tendo-se registado encaixes na tesouraria de 151.013,98 mil Mt,

correspondentes a 84% da faturação e uma redução na ordem de 10% em relação ao ano anterior.

O desempenho da tesouraria afectou a implementação das actividades planificadas no ano 2023, nomeadamente a implementação do PESOE 2023 e actividades internas. No âmbito do PESOE foi intervencionada e concluída a obra do reservatório escavado de Machaila na Província de Gaza, mas não foi concluída a intervenção no dique de Xai-Xai, também em Gaza, devido a falta de desembolso de fundos programados pelo Tesouro.

Nas actividades internas, continuamos a apostar no registro e licenciamento de pequenos usuários da água bruta, onde foram cadastrados 1.139 novos utentes, dos quais 869 de água superficial e 270 da água subterrânea, correspondente a um incremento de 12.5% em relação ao ano de 2022.

As principais barragens da região Sul, foram caracterizadas por níveis de enchimento considerável resultante das chuvas fortes que se registaram no território nacional e nas regiões a montante, garantindo o pleno fornecimento de água para abastecimento, irrigação e indústrias.

No ano 2023 realce para actividades como: limpeza do rio Umbelúzi visando a melhoria da qualidade de água para o abastecimento na região do Grande Maputo. Elaboração da proposta do plano (draft final) sobre protecção e zonas de protecção dos aquíferos para abastecimento de água às cidades de Inhambane e Maxixe, e sedes distritais de Inharrime e Jangamo, bem como a intervenção de 40 fontes dispersas (bomba manual) no distrito de Jangamo para aprovisionamento de água para cerca de 1200 pessoas. Criação do logaritmo para a demanda de recursos hídricos na região Sul.

O ano foi ainda marcado pela elaboração e aprovação da estratégia de género 2023-2027 o respectivo plano de acção, e o protocolo de combate ao assédio sexual, instrumentos que irão nortear os processos de inclusão e equidade de género na instituição.

Ainda durante o ano 2023, foram mobilizados fundos de parceiros de cooperação no âmbito do CERC (*é uma Janela flexível de financiamento que o Banco Mundial activa em situações de Emergência Declarada, cuja a fonte de recursos é sustentada pelos projectos em curso no País, que tenham uma rubrica de CERC*), programa de segurança hídrica urbana (PForR), projecto de resiliência climática todos eles financiados pelo Banco Mundial.

A nível dos recursos humanos, o ano de 2023 foi marcado pela redução dos colaboradores de 359 para 342. Do actual quadro de pessoal 24% são do sexo feminino e 76% do sexo masculino. Para além deste efectivo, a ARA-Sul, IP contou com 202 leitores de estações hidrométricas que não fazem parte do quadro, que têm a responsabilidade de colher diariamente informação das várias estações hidro-climatológicas, para efeitos de monitoria e gestão de dados.

Cumulativamente neste exercício, iniciou o processo de diagnóstico da situação actual dos recursos humanos na instituição que irá culminar com a elaboração dos Planos de Desenvolvimento do Pessoal e Planos de Formação e Capacitação.

## **2. RELATÓRIO DE DESEMPENHO FINANCEIRO**

O volume anual de vendas em 2023 foi de 179.093,41 mil Mt, destes, no que concerne a facturação de água superficial alcançou-se a cifra de 148.754,49 mil Mt, e no que diz respeito a facturação da água subterrânea fixou-se em 30.338,92 mil Mt.

Analisada a variação às contas do exercício 2023, observa-se uma redução na faturação na ordem de 5% em relação ao exercício de 2022, resultado da passagem do ciclone Fredy no primeiro trimestre 2023, que causou inundações das propriedades agrícolas, a intransitabilidade das vias e a falta de acessos o que vários utentes no desenvolvimento das suas actividades.

Apesar dos constrangimentos enfrentados foi possível alcançar resultados positivos na ordem de 3,02 mil Mt contra 2,66 mil Mt do ano de 2022 em resultado do licenciamento de mais 270 utentes de água subterrânea e amortização de dívida de exercícios anteriores.

O rácio de endividamento, reduziu em cerca de 39 % reflectindo o aumento da proporção de passivos correntes que inclui o aumento de fornecimento de serviços de terceiros, facturas de empreitadas de obras entre outras dividas transitadas de exercícios anteriores.

O rácio de liquidez geral maior que 1, mostra a capacidade que a ARA-Sul, IP tem de garantir a cobertura de despesas a curto prazo com activo circulante (incluindo caixa e equivalentes de caixa, activos financeiros e clientes) e o mesmo apresentou uma descida de 7 % em relação ao exercício 2022. Devido a cobertura de custos operacionais e de investimentos com recursos próprios em cerca de 64.

O rácio de rentabilidade das vendas retrata a percentagem do lucro sobre cada m<sup>3</sup> de água vendida, tendo-se mantido estável em relação a 2022.

O rácio de solvabilidade retrata a capacidade que a instituição tem de cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo. No entanto, o rácio de solvabilidade reduziu em cerca de 2 %, em relação ao ano 2022.

Em 2023 foi assegurada a capacidade de realizar a despesa através das receitas próprias uma vez ter conseguido garantir a execução de 64% do total dos seus custos operacionais.

## **BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

(Valores em mil Mt)

<b>Descrição</b>	<b>31-Dez-2023</b>	<b>31-Dez-2022</b>
<b>Activos</b>		
<b>Activos não correntes</b>		
Activos tangíveis	13 153,35	17 548,46
Investimentos em associadas	86,00	86,00
Outros activos não correntes	645,94	645,94
	<b>13 885,29</b>	<b>18 280,40</b>
<b>Activos correntes</b>		
Clientes	177 206,90	175 182,91
Outros activos financeiros	650,11	785,82
Outros activos correntes	2 351,07	-
Caixa e bancos	5 696,71	5 679,75
	<b>185 904,79</b>	<b>181 647,87</b>
<b>Total dos activos</b>	<b>199 790,08</b>	<b>199 928,27</b>
<b>Capital Próprio e Passivos</b>		
Capital social	5 600,00	5 600,00
Reserva legal	1 964,53	1 964,53
Outros componentes do capital próprio	50 278,07	50 278,07
Resultados transitados	48 258,60	47 992,24
Resultado líquido do período	302,43	266,36
<b>Total do capital próprio</b>	<b>106 403,63</b>	<b>106 101,19</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	43 861,72	18 237,75
Outros passivos financeiros	19 368,23	46 934,58
Outros passivos correntes	30 156,51	28 624,87
<b>Total dos passivos</b>	<b>93 386,46</b>	<b>93 827,08</b>
<b>Total do capital próprio e dos passivos</b>	<b>199 790,08</b>	<b>199 928,27</b>



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DE 2023

(Valores em mil Mt)

Descrição	2023	2022
Venda de bens e de serviços	179 093,42	188 805,02
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	-	(240,18)
	<b>179 093,42</b>	<b>188 564,85</b>
Custos com o pessoal	(154 100,13)	(140 578,00)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(123 728,10)	(90 851,30)
Amortizações	(7 453,48)	(6 531,51)
Ajustamentos de contas a receber	(5 171,99)	-
Outros ganhos e perdas operacionais	111 838,04	49 773,37
<b>Resultado operacional</b>		<b>377,41</b>
Ganhos financeiros líquidos	(175,32)	(111,05)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>302,43</b>	<b>266,36</b>
Imposto sobre o rendimento	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>302,43</b>	<b>266,36</b>

### 2.1 Principais políticas contabilísticas

#### a) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela entidade no decurso da sua actividade foram registados ao custo de aquisição, deduzidas as depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Se a quantia registada de um activo é aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido no capital próprio numa componente designada excedente de revalorização.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

Tabela 1: Registo dos activos tangíveis

	Vida Útil
Construções	2,22% - 11%
Equipamentos	4% - 25%
Outros meios básicos	10% - 16,66%

b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da instituição no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

c) Impostos

A entidade é uma instituição pública tutelada pelo Ministério da Economia e Finanças, em matérias de gestão financeira e a tutela sectorial é exercida pelo Ministério das Obras Publicas, Habitação e Recursos Hídricos. A entidade está isenta de pagamento de alguns impostos, tais como o IVA e o IRPC. Contudo, é elegível ao pagamento do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS) e ao regime de Segurança Social dos seus trabalhadores.

**Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos**

O Conselho de Direcção acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que a entidade se encontra sujeita, pelo que eventuais correções à matéria coletável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras da instituição exige que a Direcção efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC - PE estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Direcção efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pela empresa são analisadas como segue:

*Imparidade de contas a receber*

A ARA-Sul, IP reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Direcção nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

A ARA-Sul, IP considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

#### Vidas úteis dos activos tangíveis e respectivos valores residuais

O Conselho de Direção reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis e seus valores residuais, caso aplicável. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo.

Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

#### Provisões para litígios judiciais

Com referência ao exercício findo, não houve eventos que mostrassem a necessidade de registo de provisões.

Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a instituição aplicou consistentemente as suas políticas contabilísticas e não se verificaram alterações significativas nas estimativas. Não foram igualmente detectados erros materiais que levassem a ARA-Sul, IP a reexpressar as quantias comparativas.

#### **Activos tangíveis**

Esta rubrica, apresenta a seguinte decomposição:

Tabela 2: Decomposição da rubrica

(Valores em mil Mt)

Rubricas	Valor Bruto	Adições	Valor Liquido
Mobiliário equipamento Administrativo Social	69 760,82	1 231,60	70 992,42
Equipamento Básico	24 160,92	0,00	24 160,92
Equipamento de Transporte	67 266,68	2 128,50	69 395,18
Construções	18 716,83	0,00	18 716,83
Total	155 744,33	3 360,10	159 104,43

Quantias de restrições de titularidade de activos tangíveis entregues como garantia de passivos

Não houve restrições de activos tangíveis entregues como garantia do passivo

### Reavaliações efectuadas

Não ocorreram reavaliações em nenhum item do activo tangível.

Activos tangíveis adquiridos em regime de locação financeira, em poder de terceiros, localizados no estrangeiro e reversíveis (concessões)

No período não se verificou a aquisição de nenhum activo em regime de locação financeira ou nenhuma das situações acima referidas.

### Cientes

Tabela 3: Clientes e devedores

<i>Descrição</i>	<b>Cientes</b>	
<i>Saldo inicial</i>	345 178,50	337 982,60
<i>Correções</i>	-	-
<i>Ajustamentos</i>	-	-
<i>Redução (perda por imparidade)</i>	167 971,69	162 799,70
<i>Saldo Final</i>	177 206,90	175 182,90

O aumento do saldo de clientes em 175 182,90 do ano 2022 para 177 206,90 em 2023, resulta do aumento da carteira de clientes.

### Resultado líquido do período

No exercício em análise, o resultado líquido totalizou de 3,02 mil meticais.

### **3. DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

#### **3.1 Desafios**

##### **No âmbito da gestão de recursos hídricos**

- ❖ Adopção de rede estratégica de monitoria e optimização da base de dados hidroclimatológica;
- ❖ Operacionalizar a rede telemétrica e garantir que todas as Bacias Hidrográficas possam ter sistemas automáticos de medição de níveis hidrométricos;
- ❖ Instalar estações de qualidade de água de modo a assegurar a gestão eficiente e um sistema de report sobre a qualidade de água e ambiente;
- ❖ Alargar a base de dados do cadastro e licenciamento de novos utentes e assegurar um sistema de informação sobre os usos de água;
- ❖ Realizar campanhas de sensibilização e fiscalização dos usos da água com foco na melhoria da sustentabilidade institucional.

##### **No âmbito das Infra-estruturas**

- ❖ Actualizar os estudos e projectos e mobilizar recursos para a construção da Barragem de Moamba Major;
- ❖ Implementar projectos de reabilitação dos diques de defesa; e
- ❖ Continuar a implementar projectos de construção/reabilitação de reservatórios escavados nas zonas áridas da Zona-Sul;
- ❖ Identificar novas fontes para o abastecimento de água as zonas urbanas da zona sul do país.

##### **No âmbito do Desenvolvimento Institucional**

- ❖ Implementar a plataforma digital e on-line para facturação e recebimentos;
- ❖ Recuperação dos valores de dívida acumulados pelos utentes;
- ❖ Elaboração e implementação de plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

## **3.2 Perspectivas**

### **No âmbito da gestão de recursos hídricos**

- ❖ Revitalizar a rede estratégica, elaborando o devido modelo de operação;
- ❖ Instalar estações telemétricas nas Bacias dos Rios Maputo, Umbelúzi, Incomáti e Save, assim como reabilitar a rede telemétrica do Limpopo;
- ❖ Implementar com sucesso o projecto PforR e instalar 20 novas estações de qualidade de água e garantir um sistema de informação eficaz para os utentes;
- ❖ Garantir que todos utilizadores da água estejam licenciados e aplicar sanções aos utilizadores não regularizados.

### **No âmbito das Infra-estruturas**

- ❖ Mobilizar outras agências financeiras para o projecto Moamba Major;
- ❖ Elaborar uma estratégia de promoção do projecto Moamba Major;
- ❖ Concluir os projectos do PES relativos a reservatórios escavados e mobilizar fundos climáticos e/outras para maximização dos projectos de reservatórios escavados ou pequenas barragens.

### **No âmbito do Desenvolvimento Institucional**

- ❖ Concluir as negociações com o IGEPE para a liquidação das dívidas das empresas públicas que gerem regadios e continuar a desenvolver acções de sensibilização dos utentes para a liquidação das dívidas;
- ❖ Construir a Sede de ARA-Sul, IP.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaque no ano de 2023 a aprovação pelo board do Banco Mundial e pelo MOPHRH das intervenções de reposição de emergências nas barragens, diques, e rede de monitoramento da região Sul, no âmbito do CERC.

Lançamento dos concursos das intervenções no âmbito do CERC, nomeadamente de empreitadas e fiscalização de barragens, diques e rede Hidroclimatológica.

Para o ano de 2023, as previsões climáticas sazonais da SARCOF/INAM indicavam para o período (JFM) de 2023, a probabilidade de ocorrência de chuva normal com tendência para acima do normal, tendo se concretizado sobretudo no mês de Fevereiro de 2023, tendo-se atingido o nível de alerta em quase todas bacias como resultado do incremento dos escoamentos;

Para o período (OND) de 2023, as previsões climáticas sazonais da SARCOF/INAM indicavam a prevalência do fenómeno *El Niño* caracterizado por chuvas normais com tendência para abaixo do Normal, contudo, o cenário verificado foi oposto;

O ano de 2023 foi marcado ainda, pela destruição de quase toda a rede hidro-climatológica com destaque para as estações do sistema de aviso prévios de cheias e secas (SAC), como resultado da passagem do Ciclone Freddy nas bacias costeiras da província de Inhambane e bacia do Save, bem como, por um sistema de baixas pressões que afetou as bacias de Maputo, Umbeluzi e Incomáti.

De um modo geral o ano de 2023 foi um ano desafiador para o sector de recursos hídricos, facto que se deve a correlação de diversos aspectos, com destaque para a conjuntura económica e financeira que o país atravessa, bem como, os impactos causados pelas cheias de fevereiro. Todavia, graças a dedicação, empenho e esforço abnegado da equipa técnica que sempre mostrou um grande cometimento a causa Institucional, a ARA-Sul.IP este a altura de responder ao seu mandato.

## PARECER DO FISCAL ÚNICO

### PARECER AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1. Em conformidade com o disposto no artigo 15 e 16 do Estatuto Orgânico da ARA-Sul.IP, aprovado pela Resolução nº 18/21, de 17 de Maio conjugado com a alínea f) do nº2 do artigo 29 do Regulamento Interno da ARA-Sul. IP, aprovado pelo Diploma Ministerial nº142/2021 de 25 de Novembro e o nº1 do artigo 7 do Regulamento de Actividade de Auditoria Interna do Sector Público aprovado pelo Decreto 81/2019 de 20 de Setembro, refere as competências do auditor na fiscalização da gestão no desempenho das suas actividades nas mais diversas áreas de actuação.

Neste contexto, o Gabinete de Auditoria e Controlo Interno apresenta o parecer mediante constatações sobre o Relatório de Gestão, constituído por:

- a) *Composição dos Membros do Conselho de Gestão aliada as atribuições da ARA-Sul. IP;*
- b) *Análise Económica e Financeira de onde consta as Demonstrações de Resultado, Principais Indicadores de Gestão bem como Fontes de Receitas;*
- c) *Avaliação das Actividades do PES e fora do PES 2023;*

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, pelas competências que nos são atribuídas, submetemos a vossa apreciação o nosso parecer que incide sobre o Relatório de Gestão referente ao exercício de 2023, através do desempenho da gestão conforme se apresenta abaixo.

A ser assim concluímos o seguinte:

- a) O balanço, a demonstração de resultados, a demonstração dos fluxos de caixa, bem como as fundamentações dadas ao longo do exercício em análise, apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira em 31 de Dezembro de 2023.
- b) A Demonstração dos resultados do exercício findo quanto ao volume de vendas apresentam-se de forma verdadeira com uma redução se comparado com o exercício anterior "2022". Apesar da redução do volume de vendas observa-se um incremento do resultado líquido se comparado com o exercício anterior.
- c) Os critérios valorimétricos usados e as políticas seguidas estão em conformidade com as que vem sendo utilizadas em anos anteriores e estão de acordo com as normas internacionais de relato financeiro bem como com as disposições Estatutárias aplicáveis internamente;



d) Como resultado das verificações efectuadas e informações obtidas no decorrer do exercício em análise, o Gabinete de Auditoria e Controlo Interno propõe o seguinte:

*1c) A aprovação do Relatório de Gestão do exercício de 2023;*

*2c) A observância da alínea f) do artigo 16 do Estatuto da ARA-Sul.IP aprovado pelo Resolução n.º 18/21, de 17 de Maio (emissão do parecer pelo Conselho Fiscal sobre o relatório de gestão de exercício e conta de gerência, incluindo documentos de certificação legal de contas), conjugado com alínea e) do n.º 2 do artigo 20 do mesmo Diploma Ministerial (cabendo ao GACI – Gabinete de Auditoria e Controlo Interno verificar o balanço e o relatório a apresentar anualmente ao Conselho e emitir parecer sobre os mesmos).*

Pelo facto, expressamos o nosso apoio e agradecimentos a todas áreas responsáveis pela gestão dada valiosa disponibilidade da informação prestada para o cabal cumprimento que culminou com a elaboração do relatório de gestão.

Por fim, em reconhecimento do esforço empreendido com vista a materialização dos objectivos definidos no Estatuto Orgânico da ARA-Sul.IP bem como no Regulamento Interno, o Gabinete de Auditoria e Controlo Interno expressa o seu voto de louvor, congratulação e saudação especial a Direcção Geral e em particular aos trabalhadores que desde já vai o apreço pela colaboração em todas fases do processo de gestão referente àquele período de análise.

Maputo, de de 2024

O Chefe do GACI

  
António Murguambe  
(Téc. Sup. NI)

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

À Direcção da ARA Sul, IP - Administração Regional de Águas do Sul

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ARA Sul, IP - Administração Regional de Águas do Sul (a Entidade ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023, a demonstração de resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos da situação descrita nos parágrafos da secção *Bases para a opinião com reservas*, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da ARA Sul, IP - Administração Regional de Águas do Sul em 31 de Dezembro de 2023, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contas para Pequenas e demais Empresas (PGC-PE).

#### Bases para a opinião com reservas

Não recebemos resposta ao pedido de confirmação externa de saldo de devedores no montante total de 3 753 229 Meticais, e não obtivemos elementos suficientes para efectuar procedimentos alternativos de auditoria. Nestas circunstâncias, vimo-nos impossibilitados de concluir sobre o respectivo saldo.

Da análise feita na rubrica do activo imobilizado, constatamos existência de classe de activos com necessidade de ser reavaliada e reconhecida pelo seu justo valor. Com efeito, à data do balanço, a Empresa tinha em curso um processo de contratação de uma Entidade independente com vista a efectuar a reavaliação técnica dos activos. Na ausência seu justo valor, não nos foi possível concluir sobre a valorização de activos reconhecidos ao custo histórico no montante total de 13 153 349 Meticais, conforme divulgado na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras da Entidade.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas emitidas pela Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Outra Informação

A Direcção é responsável pela outra informação. A outra informação compreende a declaração de responsabilidade da Direcção, e não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras. A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente.

### **Responsabilidade da direcção pelas demonstrações financeiras**

A Direcção é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contas para Pequenas e demais Empresas (PGC-PE), e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a Direcção é responsável, por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a Direcção tenha a intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

A Direcção é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com a ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondem a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver contiuo, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Direcção.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pela Direcção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a Entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.



Comunicámos à Direcção, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluído qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declarámos à Direcção que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quanto aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos à Direcção, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

**Forvis Mazars SCAC, Limitada**

Sociedade de Auditores Certificados: 17/SCA/OCAM/2016

Representada por:

Dipak Lalji

Auditor Certificado: 17/CA/OCAM/2012

Maputo, 29 de Agosto de 2024